



DO FIO DO BIGODE AOS CÓDIGOS DE CONDUTA: UM CAMINHO A SEGUIR?

Reflexão elaborada por: Norberto Carlos Weinlich¹

David Bianchini²

Tempo dos nossos avós e de nossos pais: ainda crianças ou adolescentes, ouvíamos falar muito do “fio de bigode”, no sentido de que *compromisso assumido, era compromisso que deveria ser honrado!* O homem que era homem, usava bigode! Tinha que ser muito firme e sério, cumpridor dos seus compromissos, custe o que custasse. Sua honra era sua palavra valia muito mais do que qualquer contrato escrito. Nesse tempo e ainda hoje se acredita que “palavra dada” deveria ser entendida como palavra de honra, palavra de cavalheiro. Um grande exemplo dessa convicção foi o Visconde Mauá, que se tornou o homem mais rico do Brasil. Vítima de perseguição política pelo Império (foi contra a guerra do Paraguai, era liberal e abolicionista), faliu. Ao invés de passar o calote nos credores, vendeu todos os seus bens, pagou a todos, limpou seu nome e recomeçou, com a cabeça erguida. Do outro lado da moeda, nesta corrida eleitoral, dois personagens mostraram a face

dela: um dos prefeitos, há algum tempo, quando candidato a Prefeito do Município de São Paulo, deu sua palavra e até mesmo assinou um documento com registro em cartório, dando conta que não seria candidato a nada enquanto durasse seu mandato de Prefeito. Ledo engano! Desvalorizando sua palavra, renunciou na metade do tempo e se candidatou a Governador. E novamente deu sua palavra, mas não a honraria e renunciaria ao respectivo mandato. Palavra sem valor ou desonrada, pelo visto, não era respeitada, pois veio novamente a renunciar e a se candidatar à Presidente da República! Quem gostou e tornou esta brincadeira atual foi o último prefeito, que seguiu os mesmos passos para ser eleito como Governador. Levar vantagem sempre parece ser a “profissão de fé” dos políticos. Detalhe: ambos não usam bigode (Imaginem se os tivessem!) Na época em que surgiu a expressão, seu significado era o de prometer

algo verbalmente, sem precisar de assinatura! De origem incerta, acredita-se que tenha surgido em torno do ano de 1498, partindo de uma expressão germânica usada em juramentos: “Bei Gott”, ou seja: “por Deus”. (fonte: Museu da Língua Portuguesa. E a ética, aonde fica, neste contexto? Historicamente, a ela emanava da pessoa detentora do poder, que era o rei. O que ele dizia teria que ser realizado, sua palavra sempre devia se cumprir (precursor do ‘fio de bigode’?). Neste contexto poderíamos nos lembrar do rei babilônico Hamurabi que, no século XVIII a.C, foi o responsável por fundar o seu primeiro império e que, procurando unilo, com o objetivo de disciplinar as práticas cotidianas da população, criou um conjunto de leis que vigoraram durante todo o império, conhecido como ‘Código de Hamurabi’. Tinha-o como base a lei de Talião (famosa pela expressão “olho por olho, dente por dente”), que punia quem desrespeitasse a lei de maneira semelhante e proporcional ao crime cometido. Possuía direta relação com o casamento, escravidão, trabalhos e acordos comerciais. Vamos a alguns exemplos destas leis? Quem difamasse outra pessoa sem conseguir provar o que havia afirmado sobre ela seria condenado à morte; caso alguém fosse acusado de algo, poderia procurar se defender da acusação. Para tanto, deveria pular no rio: caso afundasse, seu acusador tomaria posse de sua casa, mas se conseguisse escapar sem ferimentos, seria inocentado e seu acusado condenado à morte (Já pensaram incluir estes tópicos no nosso Congresso, que trata do decoro parlamentar, delação premiada?!)? Esse primeiro código jurídico ordenou as relações sociais entre seus habitantes, substituindo a tradição oral pela escrita, daí a expressão “escrito em pedra” (rocha magnética de diorito e que se encontra preservada no Museu do Louvre, em Paris. Saindo do túnel do tempo, verificamos que os Códigos de Conduta Ética (como eram assim denominados), foram adotados pela primeira

vez em 1900, tendo em vista os inúmeros escândalos financeiros que marcaram Wall Street, o crescimento de atitudes cada vez mais egoístas nos jovens diplomados e a baixa generalizada da consciência profissional em diversos níveis das empresas. Para exemplificarmos, lembramos um acontecimento marcante: buscando salvar sua reputação - para não ser engolida por um rótulo de falta de ética, a Johnson&Johnson assumiu prejuízos e retirou o analgésico Tylenol do mercado quando ocorreram alegações que o produto havia sido adulterado. Para dar respaldo e transparência, as empresas contam com no organograma a figura do deontologista, executivo que tem a função de guardião de ética da empresa, formalizando regras de boa conduta e instituindo regulamentos para os funcionários. Segundo o dicionário *Aurélio*, “Deontologia é o estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral”. E aqui façamos uma distinção entre moral e ética. Moral: conjunto de princípios que indica qual deve ser o comportamento do indivíduo diante da ideia do certo ou do errado, bom ou mau, num determinado contexto social. Atenemos para o fato de que o indivíduo pode desenvolver sua moral individual, contestando e confrontando valores da moral social. A empresa 3M é uma das pioneiras no que diz respeito ao seu Código de Conduta, uma vez que é o instrumento válido para contratação de um funcionário, após leitura e concordância com o mesmo. Ética é uma rigorosa avaliação sobre o que é o bem e o que o mal, **indicando os caminhos** que realizam o homem enquanto agente do bem, propõe um caminho para a realização do homem como ser racional. Questiona e teoriza sobre o que é justo e apropriado ao agir humanos para a realização do bem. Embora a moral seja comum a todos os homens, nem todos são capazes de **desenvolver a crítica do conteúdo da moral**, ficando então a encargo da ética a responsabilidade da mesma. E.

finalmente, o porquê de fazermos uma distinção entre Código de Conduta e Código de Ética! Como cada organização tem uma filosofia, calcada em sua missão, valores e cenários próprios de seu negócio, com seu código de conduta específico, que poderá divergir de outras organizações. Por exemplo: um Código de Conduta Profissional do Médico não seria pertinente ao Código de conduta de uma empresa de Informática. E talvez, o único Código de Ética que deva assim a vir ser denominado, seria a nossa Constituição de 1988, aplicada a todos os cidadãos, conscientes de seus direitos e deveres. Será que teríamos a ousadia de substituí-la pelo “fio de bigode”? Ou então aplicar o Código de Hamurabi, tendo em vista o que a nossa realidade atual não nos desmente: a inteligência espiritual coletiva é baixa na sociedade moderna. Vivemos em uma cultura espiritualmente desvantajosa, caracterizada por materialismo, utilitarismo, egocentrismo míope, falta de sentido e recusa em assumir compromissos. Como indivíduos, poderíamos agir no sentido de elevar o nosso QS (Quociente de Sociedade), uma medida do quanto seríamos e somos capazes de conviver em um clima de equilíbrio social, com justiça e cuidado de todos para com todos. Entretanto, tal prosseguimento visando o prosseguimento de sua evolução, dependerá tão e tão somente caso haja um número suficiente de indivíduos que assim procedam. Talvez seja uma utopia, um sonho! Mas, se não mirarmos as estrelas, não construiremos um amanhã melhor para nossos filhos e netos. Vamos juntos nessa?

Norberto Carlos Weinlich¹, professor universitário nas áreas de Ética e Gestão do Conhecimento.

David Bianchini², doutor em Educação pela UNICAMP, Mestre em Educação pela PUC. Especialização em Psicanálise e graduado em Engenharia Elétrica.